

Exmo(a) Sr(a) Prefeito( a) do Município de Recife.

Com fundamento na lei 12.527/2011, lei geral de acesso às informações públicas. Tendo em vista que a informação solicitada é de interesse público, art. 3, II, o acesso a este conteúdo aprimorará o controle social da administração pública, art 3, V e os dados solicitados permitirão a produção e transmissão de conhecimento sobre a situação da proteção dos princípios da Laicidade e Liberdade Religiosa na escola.

Solicita as seguintes informações:

- Este órgão exerce atividade relativa à proteção dos princípios da Laicidade e Liberdade religiosa nas escolas?
- Com relação à proteção dos princípios da Laicidade e Liberdade religiosa nas escolas as informações referentes aos assuntos encontram-se em documentos ou registros produzidos por este órgão?
- De que forma pode ser obtida a informação contida nos documentos e/ou registros produzidos por este órgão referentes à proteção do princípio da laicidade e liberdade religiosa nas escolas públicas?
- Existe algum órgão responsável pela proteção da Liberdade Religiosa, Promoção da Tolerância Religiosa e Princípio da Laicidade? Qual é este?
- Existem registros de casos de violação ao princípio da Laicidade, Liberdade Religiosa nas Escolas? Quais são estes registros?
- Existe algum procedimento para encaminhamento e solução de casos relacionados à violação do Princípio da Laicidade e Liberdade Religiosa na Escola? Qual é este?
- A Secretaria de Educação deste município possui um Conselho para Ensino Religioso (ou qualquer outro órgão que garanta a diversidade do conteúdo oferecido nas aulas de ensino religioso) ?
- Existe neste município algum órgão responsável pela promoção da Igualdade e/ ou Diversidade Racial? Qual é este?
- Existe neste município algum órgão responsável pela identificação, prevenção e repressão aos atos ou omissões capazes de corresponder à violação do direito à educação? Qual é este?

Não sendo fornecidas as informações, requer que seja informada a razão da negativa e o grau de sigilo da informação solicitada, nos termos do art. 24, par. 1º da Lei 12.527/2011

Requer-se que a resposta seja disponibilizada em formato digital, e de forma imediata, conforme art. 11 da lei 12.527/2011. Não sendo possível o acesso imediato, requer que a resposta seja expedida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de protocolo deste requerimento.